

Ódio em sala de aula: qual a responsabilidade das universidades?, por Gabriela Rondon

Professor xingou advogada de vagabunda em aula de Direito das Sucessões na Universidade Federal de Rondônia

[\(Jota, 07/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Aquela vagabunda, entendeu? Defensora de aborto, de gênero. Vagabunda. E ai dela, que mande me processar, que eu provo que ela é”. Há quase dois anos, uma aula de Direito das Sucessões se iniciava assim na Universidade Federal de Rondônia. Quem falava era o professor da disciplina, Samuel Milet. A referência era a uma pesquisadora e advogada, que na semana anterior havia sido recebida pela instituição para uma palestra, Sinara Gumieri.

Em vez de um livre debate de ideias ou de exposição da matéria do dia, as estudantes foram submetidas a quinze minutos de intolerância e discriminação. “Bostinha, cocô” e “sapatona muito doida” foram outras das ofensas usadas para humilhar a colega de profissão. Tudo foi gravado em áudio por orientação do professor. Não havia constrangimento, mas seu revés: desejo de que a ousadia das ofensas fosse registrada e pudesse ser replicada. De fato o dito extrapolou as dependências da faculdade, foi às redes sociais, às redes de televisão, e agora chega pela primeira vez ao juizado federal especial do Distrito Federal.

Nos próximos dias, o juizado terá oportunidade de dizer que o ódio não tem lugar em sala de aula. A peça de ação indenizatória por danos morais, com pedido de retratação, é movida por Gumieri e suas advogadas contra Milet e a Fundação Universidade de Rondônia. A tese é simples: não há dúvidas de que houve ofensa de bases discriminatórias, por razão de gênero (ao chamá-la vagabunda), de orientação sexual (ao supor sua identificação e referir-se a

ela de maneira pejorativa, “sapatona doida”) e de vinculação política (novamente, ao supor filiação partidária e atacá-la por isso, “odeio petista”).

As agressões verbais têm por objetivo intimidar uma mulher na defesa das suas ideias e exposição pública de suas pesquisas. Em nada se confundem com liberdade de expressão, já que não se justificam pela defesa de um argumento contrário, mas se resumem a desqualificar e ferir publicamente a imagem de quem, para o professor, não é bem-vinda no espaço que ocupou.

Mas não é só. O local onde as agressões ocorreram não é indiferente à gravidade da ofensa, por pelo menos duas razões. A primeira é que, se o objeto do discurso odioso era Sinara Gumieri, a audiência imediata era uma turma de jovens estudantes de graduação, submetidos à autoridade do professor que os obrigava a ouvir as palavras virulentas. A aluna que grava é confrontada com hostilidade. Em pelo menos dois momentos, outros estudantes pedem para que o professor pare e são ignorados. Não há como seguir o argumento apresentado pela defesa de Milet, que tenta sustentar a postura do cliente como manifestação “pessoal” e não investida de sua posição de professor.

Milet era o representante do Estado naquela sala de aula, com responsabilidade pedagógica pelo poder que ostenta. Não há dúvidas do que seu discurso implica: que qualquer um, e especialmente qualquer uma que exibisse ideias e performance diferente de seus ideais podia ter a mesma expectativa de violência. É o exato oposto do que se deve esperar em relações de ensino e aprendizagem.

A segunda razão é decorrência da primeira. Também para a vítima direta das ofensas, o local do discurso importa. As faculdades de direito e os eventos acadêmicos são os espaços onde exerce seu trabalho. O ódio não permite que deles participe em condição de igualdade e livre de perseguição, e os autos do processo mostram o efeito que o episódio teve em sua saúde. Essas duas razões juntas compõem a sensibilidade com que o caso precisa ser encarado. Os efeitos do dito se estendem no tempo e no espaço: o ódio em sala de aula tem potencial multiplicador na carreira de quem foi ofendida, mas também dificulta que outras Sinaras Gumieris se formem.

É por isso que ação proposta ao juizado especial acerta em também demandar a responsabilização da Fundação Universidade de Rondônia para a reparação do dano. Há responsabilidade objetiva, nos termos simples da lei, pelo dano causado por um agente público em exercício de suas funções.

Para além desse entendimento, que já seria suficiente, há um sentido denso de responsabilidade pedagógica da Universidade em garantir medidas efetivas de retratação e não-repetição. Essa é da lição mais valiosas que esperamos aprender nesse caso, que de outro lado já deixou tanto rastro de anti-pedagogia: que as universidades assumam o dever de construir espaços de crítica e pensamento, diversidade e não-discriminação. Livres do ódio, muito se ensina e tudo se aprende.

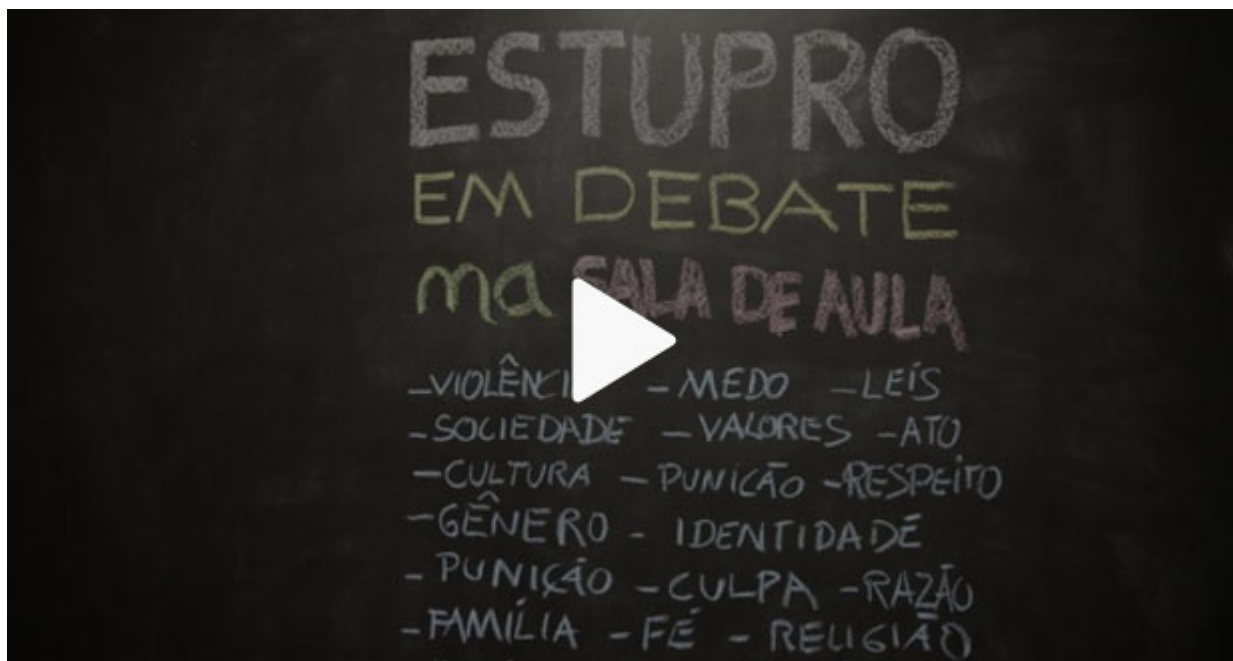
Gabriela Rondon - Pesquisadora na Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

Professores contam como estupro é debatido em sala de aula

(G1, 01/06/2016) *Temas como gênero e violência sexual ganham espaço no ambiente escolar. Caso de estupro coletivo no RJ trouxe questões à tona.*

O estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro contra uma adolescente de 16 anos, em 21 de maio, reacendeu a discussão sobre a violência sexual contra a mulher. Temas como gênero, machismo e questões culturais e comportamentais da sociedade foram levados para as salas de aula.

Clique na imagem e assista ao vídeo da matéria



O G1 ouviu oito professores, de português, história e biologia, para saber o que eles pensam a respeito e como trabalham essas questões nas escolas.

A mulher na literatura

Flávia Aparecida da Silva leciona língua portuguesa no ensino estadual e municipal de Itumbiara, no interior de Goiás. Ela acredita que são iniciativas individuais dos professores que podem suscitar reflexões e debates sobre a cultura do estupro em sala de aula. “Quando o assunto surge, não vejo como perda de tempo. É uma discussão social, ética, moral. A escola precisa abraçar essas questões, sim. Piadas sexistas, por exemplo, já motivam uma conversa”, diz. “Minhas alunas se interessaram pelo que ocorreu no Rio de Janeiro. Elas têm de 15 a 17 anos, vivem em uma cidade em que casos como esse são abafados”, diz.

Quanto ao conteúdo da disciplina, Flávia analisa com seus alunos obras da literatura brasileira para entender a forma como a mulher é vista em diferentes épocas. “Já discuti com eles sobre as personagens de José de Alencar, em Senhora, Diva e Lucíola, mostro qual o papel delas no século XIX e comparo com nossos tempos atuais”, diz.

Trote feminista

Larissa Vieira, professora de biologia de uma escola estadual na zona oeste

de São Paulo, já fez intervenções em sala de aula depois de vivenciar casos de assédio. “Meninos comentaram comigo do meu corpo. E devem ter feito o mesmo com outras alunas. Parei a aula, fiz a discussão sobre o fato de a mulher poder usar a roupa que ela quiser e ser respeitada”, conta. No Dia da Mulher, a escola organizou um “trote feminista”: meninas levaram cartazes em que pediam para ser respeitadas. “Aproveitamos esse material para discutir o assunto, várias meninas se abriram”, completa.

Comentários feitos durante as aulas também motivam o debate sobre o respeito à mulher. Larissa já ouviu frases como “respeita porque ela tem namorado” ou “respeita porque ela é professora”. “Intervi e falei: é ‘respeita porque é mulher”, diz. Nesta semana, ela estava dando aula sobre reprodução sexuada. Um dos alunos comentou: “é a menina do Rio?”. “Expliquei que o caso está sendo investigado, que a menina estava desacordada”, conta. Para relacionar à biologia, Larissa irá abordar os temas de castração química, natureza do homem e produção de testosterona, para desmistificar questões como “homem não se aguenta”.

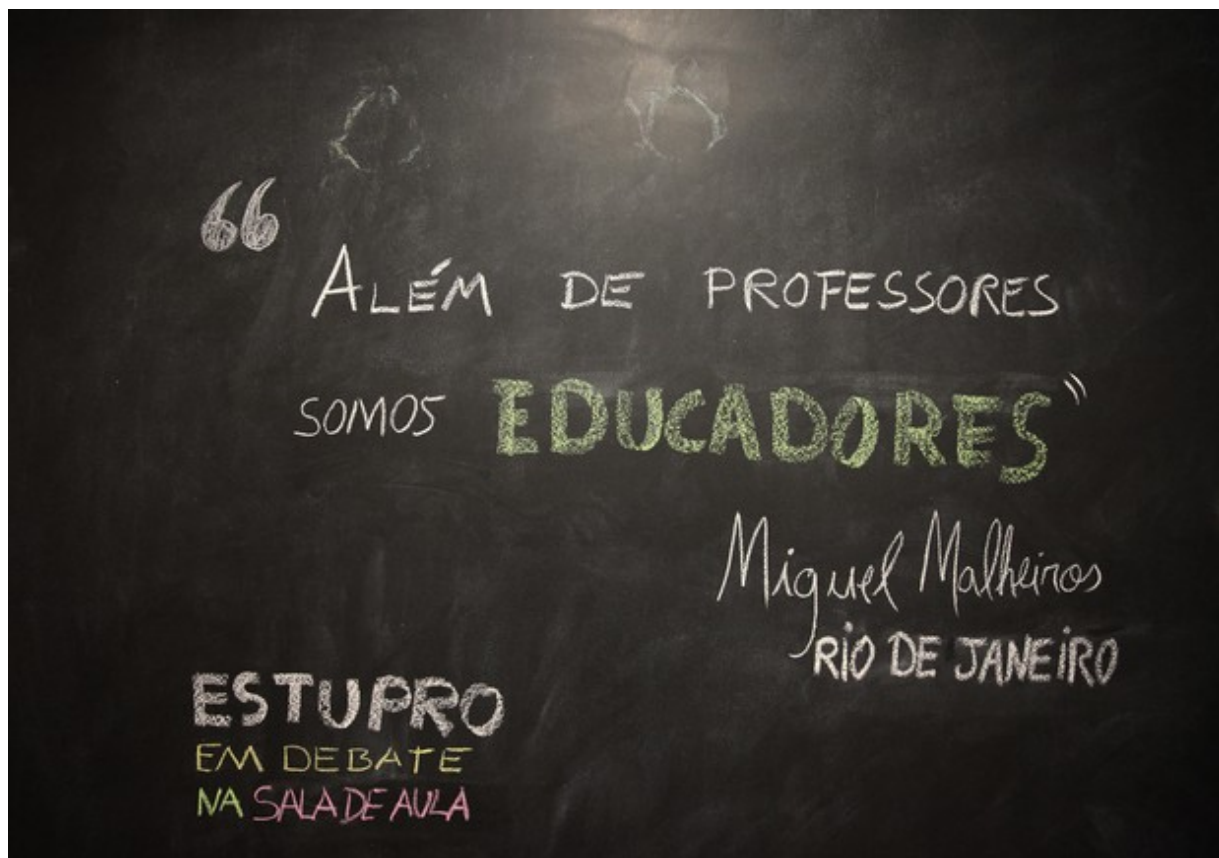
Liberdade, Igualdade e Fraternidade

A professora de história Lícia Mascarenhas afirma sempre relacionar as questões de gênero com a disciplina em suas aulas na turma do 2º ano do ensino médio do Colégio Estadual Maria Pereira das Neves, em Niterói (RJ), e do 8º ano do Colégio Municipal Irene Barbosa Ornellas, em São Gonçalo (RJ). Ela usa como motivação datas como o Dia Internacional da Mulher e o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças para retomar personagens históricas, exibir filmes e realizar debates entre os alunos.

Partindo do gancho da Revolução Francesa, que tem o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, Lícia retomou o debate após a notícia do estupro coletivo. “Peguei o lema como exemplo. Questionei até onde vai a liberdade das pessoas, se existe igualdade de gênero, falei sobre a cultura do estupro da qual os alunos nunca tinham ouvido falar”.

Segundo Lícia, a melhor forma de debater com os alunos é deixar eles exporem seus pensamentos e depois discuti-los. “O momento trouxe à tona a discussão. Os alunos ficam mobilizados. Mesmo no caso dos alunos que têm

visões em que acreditam que a menina se colocou naquela situação, o fato de discutir já é importante. É importante demais que isso seja feito através de filmes, perguntas, textos, da maneira que for”.



Professor defende papel na formação integral dos alunos (Foto: Ardilhes Moreira/G1)

‘Papo controverso’

Miguel Malheiros é professor de história do 2º ciclo do ensino fundamental, na escola municipal Professor Souza Carneiro, no bairro Penha Circular, no Rio de Janeiro. Ele conta que havia planejado a aula para abordar a Segunda Guerra Mundial e a crise econômica, mas mudou os planos. “Tive uma conversa sobre gênero. A intenção é comprar a briga contra a campanha que existe de culpabilizar a vítima. O crime de estupro é o único em que a sociedade discute que ocorreu porque a vítima mereceu. Este pensamento é um retrocesso”, afirma.

“A vontade de nós, homens, que somos aliados na luta contra machismo, é de pedir desculpas pelo o que aconteceu. É possível e necessário levar essa

discussão para a escola. Além de professores, somos educadores”, completa.

A escola funciona em tempo integral e uma das atividades extracurriculares oferecidas é uma aula chamada “Papo controverso”, em que se discutem questões sobre gênero, machismo, xenofobia e homofobia. Houve tanta procura pelo módulo que a escola vai oferecê-lo também no próximo semestre.

Aborto e senso crítico

O tema é discutido também nas aulas de biologia. O professor Fernando Cologneze Pinheiro, do Colégio Objetivo, em São Paulo, estabelece relação entre o conteúdo da disciplina e temas atuais. “Sempre que termino de ensinar embriologia, discuto a questão do aborto com os alunos. E isso esbarra no feminismo, que acho importante”, conta.

Fernando também reforça aos estudantes que é preciso ter senso crítico para debater. “Não existe o ‘sim, porque sim’, ‘não, porque não’. Quero que eles busquem argumentos. Não é para usarem a biologia como forma de justificar comportamentos machistas”, diz.

Sobre especificamente o tema do aborto, o professor prepara um projeto para abordar o assunto com os alunos. Por enquanto, procura mostrar a eles a importância da empatia. “Me assusta que jovens em idade escolar justifiquem o que aconteceu no Rio de Janeiro. Trabalho com o ‘imagina se fosse você, se olhassem suas fotos no Facebook e fizessem um julgamento’”, relata.

Além da biologia

O professor Mário Sérgio Souza dá aulas de biologia no Colégio Estadual Júlia Kubitschek, no Rio de Janeiro, que trabalha com a formação de professores de creche, pré-escola e classes até o 5º ano. No primeiro dia de aula, propõe um “levantamento de concepções prévias” a seus alunos recém-saídos do ensino fundamental para descobrir o que pensam sobre determinadas questões, como violência de gênero e aborto. “A partir do levantamento, trabalho questões específicas. A questão do machismo pode ser mais forte em uma turma, a identidade de gênero pode aparecer com

mais frequência em outra”, diz.

Segundo ele, relacionar os assuntos com a disciplina não é complicado. “A biologia é a própria vida. O ser vivo envolve uma série de questões sociais, psicológicas, que vão além da biologia tradicional. Trabalho o currículo oficial e também a formação humanística”, afirma.

Para Souza, é fundamental entrelaçar os temas com a disciplina, uma vez que ele trabalha com pessoas que lidarão com crianças mais tarde. “Se você não tem um profissional de educação com uma cabeça bem trabalhada para essas questões, que tipo de educação vai passar para essas crianças?”.

Biografias das funcionárias da escola

Em Iturama, interior de Minas Gerais, a professora Cristiane Machado também ensina língua portuguesa e desenvolve um projeto sobre o empoderamento feminino: Mulheres que Brilham. Os alunos escreveram minibiografias de todas as funcionárias mulheres da Escola Estadual M. S. de Lourdes. “Eles descreveram a importância de todas, da moça da portaria até a diretora”, conta. No encerramento do ano passado, Cristiane organizou um sarau, com música e poesia relacionadas à mulher antiga e contemporânea.

“Em uma cidade de 40 mil habitantes, cresci ouvindo que mulher não podia sair porque ia ficar falada. Que homens é que precisariam ‘pegar’ todas. A escola está tentando discutir isso, mas também precisamos de uma mudança nas famílias”, conta.

Laura Lewer, Luiza Tenente e Vanessa Fajardo

Acesse no site de origem: [Professores contam como estupro é debatido em sala de aula \(G1, 01/06/2016\)](#)

‘As crianças negras são mais punidas do que as brancas’, diz pedagoga

(UOL Educação, 12/01/2016) Existe racismo na sala de aula, e ele começa na educação infantil. Isso é o que afirma Ellen de Lima Souza, mestre e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e diretora do Itesa (Instituto de Tecnologia, Especialização e Aprimoramento Profissional).

Segundo a pedagoga, a escola normalmente é um ambiente inóspito para as crianças negras. Ellen estudou como elas são vistas por professoras de educação infantil e constatou duas visões distintas: o negro que gera nas docentes piedade (uma postura paternalista) ou expectativa (que deve necessariamente assumir uma postura ativista). Para mudar essa realidade, ela propõe que os professores assumam uma postura de protagonismo em sala de aula, de geradores de conhecimento, para trabalhar a autonomia e a independência nas crianças.

UOL Educação - Crianças também podem ser racistas?

Ellen de Lima Souza - Sim, podem. E são. As pessoas não esperam que elas reproduzam atitudes racistas. Depois da família, o primeiro ambiente de socialização é a escola, onde a criança é mais exposta ao racismo.

UOL - De que forma o preconceito se apresenta em sala de aula?

Souza - Quando você tem criança que se recusa a se sentar ao lado de outra negra, que diz que tem nojo de negro, que vê o negro sempre em papéis de subalternidade; quando crianças negras não são selecionadas a participar ou não têm protagonismo em atividades culturais, festas. Isso faz com que as crianças naturalizem a desigualdade e reproduzam ofensas, como quando dizem que o negro é feio, burro, cheira mal e outras coisas bastante pesadas.

UOL - Como os professores costumam tratar o tema na educação infantil?

Souza - Na minha dissertação [de mestrado], fui buscar professoras premiadas pelas práticas que já exerciam, de uma educação para a igualdade, e percebi que elas são atingidas por duas percepções básicas em relação aos negros: um sentimento forte de paternalismo, ela tem pena da criança negra, entende que ela vai necessariamente sofrer o racismo, e tem um sentimento de piedade; a outra percepção é a que gera nas professoras uma expectativa de que a criança negra tem que ser ativista. Por outro lado, existem as professoras que não têm essa consciência de uma educação para a igualdade. Essas acreditam que o Brasil vive uma democracia racial, trata o negro com indiferença e pune a criança negra com muita frequência. Aliás, desde bebês, as crianças negras são mais punidas do que as crianças brancas, recebem apelidos depreciativos e, nas situações de conflito, são as preteridas ou as culpadas.

UOL - Então como o tema deve ser tratado em sala de aula?

Souza - Na dissertação, a primeira coisa que eu proponho é que o professor crie metodologias e didáticas, ele é o protagonista em sala de aula, tem um papel social, é alguém que garante direitos, que deve ver o sujeito como autor e não reproduzidor do conhecimento. Depois, eu trabalho com três conceitos básicos, baseados na mitologia iorubá: as perspectivas da ancestralidade, da corporalidade e da oralidade. Esses conceitos ajudam a criança, seja negra ou não negra, a desenvolver sua identidade, suas relações, desenvolver a emoção, física e intelectualmente, das várias formas possíveis. O professor precisa lidar com as crianças para potencializar e valorizar a condição de ser negro, já que a criança aprendeu sempre que é algo ruim. Essas perspectivas fazem com que as crianças sejam cada vez mais independentes, autônomas, aprendam a respeitar, dão a ideia de pertencimento étnico, de que a criança não está sozinha.

UOL - E o que fazer quando os pais não querem que os filhos participem dessas atividades?

Souza - Eu acho que é preciso procurar o Ministério Público, a Justiça. Ensinar história e cultura afro-brasileira é primordial. Se esse pai ou essa mãe não quer o filho estude cultura africana e afro-brasileira, ele deve pagar uma escola confessional. A escola pública é de todos, é da criança negra, da não negra, da boliviana, e se você não quer que o seu filho aprenda esses

valores, tira do serviço público. A escola pública brasileira que tem que ser laica. A gente aprendeu os valores cristãos, por que as crianças não podem aprender parte da filosofia africana?

UOL - Quais são os impactos de discutir racismo na educação infantil?

Souza - A criança que tem condição de trabalhar a partir de uma educação igualitária vai além do que está posto, tem novas perspectivas de valores, uma nova cosmologia de mundo. Ela recebe essa gama de informações e fica com pensamento mais abrangente. Indiretamente, faz com que ela saiba lidar com questões de gênero, de orientação sexual, diferenças entre empobrecidos e não empobrecidos.

Marcelle Souza

Acesse no site de origem: [‘As crianças negras são mais punidas do que as brancas’](#), diz pedagoga (UOL Educação, 12/01/2016)